

# O Brasil é um país ainda em construção

Em entrevista ao *JE*, o Secretário de Trabalho de São Paulo, Marcio Pochman, afirma que o Brasil é um país em construção, que necessita das reformas contemporâneas do capitalismo. Entre elas, a reforma agrária, uma reforma tributária que faça os ricos pagarem impostos e uma ampla reforma social que retire milhões de pessoas da condição de miseráveis e estabeleça um estágio mínimo de bem estar social.

Páginas 8

**Ongs criticam a política econômica de Lula**

Página 3

**Manifesto do Cofecon: desequilíbrios crescentes**

Página 7



## EDITORIAL

# Como **construir** um país

O professor da Unicamp e hoje Secretário de Desenvolvimento do Trabalho e de Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, Marcio Pochman, diz em entrevista nesta edição que o Brasil é um país em construção, um país a ser completado e onde faltam reformas fundamentais ao capitalismo contemporâneo, como as reformas agrária, tributária e social.

O problema é como construir ou retomar a construção do país. Nesta mesma edição, um artigo resumindo as conclusões do seminário de avaliação do atual governo, realizado pela Associação Brasileira de Ongs, aponta para as indefinições atuais do Governo Lula e sugere que este é o momento de questionar os rumos atuais,

opondo princípios políticos que se contraponham ao primado e aos ditames do mercado sobre a sociedade.

Este é, certamente, um caminho de construção: a crítica propositiva e permanente. Outros caminhos têm sido apontados, em cenários os mais diversos. Em debate realizado no Corecon, por exemplo, o professor baiano Luiz Antonio Mattos Filgueiras defendeu que é impossível mudar o modelo econômico sem ruptura.

São questões que estão na ordem do dia e que incitam a todos nós a uma reflexão profunda sobre os rumos do Brasil e como alterá-los e orientá-los de acordo com a vontade e os interesses da maioria de nossa população. ■

## Sumário

**Página 3** Ongs apontam indefinições do Governo Lula – Ricardo Ferreira de Mello

**Página 5** Lindberg Farias:

cara pintada, cara pálida ou cara de pau – José Ribamar Bessa Freire

**Página 7** Manifesto Cofecon: desequilíbrios crescentes

**Página 8** Entrevista – Marcio Pochman ▶

**Página 12** E se a taxa de juros tivesse caído...? – Paulo de Albuquerque

**Página 14** Clube da Economia: livros da Boitempo terão desconto de 30%

**Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Prefeitura do Rio

umenta gasto na publicidade em 897%

**Página 16** Debate no Corecon: ▶

não há transição sem ruptura

Cursos do Corecon para 2004



Arquivo



Foto: Samuel Tosta

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ**  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Ceci Juruá, Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Julio Miragaya, Nelson Le Cocq, Paulo Mibielli, Rafael Vieira da Silva, Renata Nascimento, Rogério Rocha da Silva, Ronaldo Rangel e Sidney Pascotto.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes  
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**  
Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22  
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br  
internet: http://www.corecon-rj.org.br

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

**Coodenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

SOCIEDADE CIVIL Ricardo Ferreira de Mello\*

# Ongs apontam **indefinições** do Governo Lula

Com o objetivo de realizar um balanço do Governo Lula e de como a sociedade civil vem respondendo aos desafios colocados na atual conjuntura, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) promoveu o seminário Avaliação do Governo Lula, logo após este haver completado seus primeiros quinze meses.

Dividido em quatro blocos – significado do Governo Lula; diferentes olhares sobre o Governo Lula; Governo Lula e os processos de participação (PPA, Conselhos, etc.); e um debate final sobre estratégias de intervenção – destaca-se como marcante a constatação da ausência de uma política para o desenvolvimento econômico e para a sustentabilidade sócio-ambiental.



Uma análise que chamou a atenção, em particular, foi feita pelo economista Fernando Cardim, da UFRJ. Segundo ele, tivemos dois tipos de manifestação do governo: o discurso da “herança maldita”, que mantendo uma certa idéia de transição, parte supostamente da crença de que o Governo Lula ainda está por vir; e o discurso técnico, que vem do Ministério da Fazenda e dos setores que produzem a política de controle dos recursos, que seguem a premissa da conquista da credibilidade. Para Cardim, esta ambigüidade, dentre outros fatores, reflete a incompreensão do governo sobre as consequências de sua estratégia.

No campo ambiental, o governo incorreu em determinadas atitudes equivocadas se considerada a postura historicamente defendida, em particular, pelo Partido dos Trabalhadores. De acordo com Marcio Santilli – diretor do Instituto Socioambiental (ISA) e ex-

presidente da Funai, tais atitudes teriam sido, por exemplo, a demora na homologação de terras indígenas em processos que já estavam absolutamente adiantados; e a polêmica questão dos transgênicos, tendo exposto publicamente, inclusive, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sabidamente defensora de posição oposta.

Na avaliação de Jorge Eduardo Durão, diretor geral da Abong, o governo Lula não foi capaz de atender, com uma política conseqüente e de clara orientação estratégica, a três pontos fundamentais da pauta de atuação das Ongs do campo da Abong: não foi dado nenhum passo relevante no sentido da redução das desigualdades sociais; não se avançou no sentido da efetivação dos direitos humanos; e não foi apresentado o projeto para a sociedade brasileira baseado na sustentabilidade sócio-ambiental. Nesse sentido, ele aponta que “parece haver um encadeamento lógico

entre a manutenção da subordinação ao mercado, a prioridade da exportação, tratamento privilegiado do agro-négocios e das grandes mineradoras, o desmatamento da Amazônia, o apoio às plantações homogêneas de eucalipto, o tratamento dado aos indígenas, etc.”

Na abordagem “Diferentes olhares sobre o Governo Lula”, constatou-se visões tanto positivas quanto negativas.

Eleito enquanto carro-chefe dos programas sociais do governo, o tratamento da questão da segurança alimentar, apesar de revelar os desafios de uma transição difícil com relação à prática de governos anteriores, na visão de Francisco Menezes, diretor do Ibase, corresponde a uma ação urgente, prioritária e inadiável.

Maria Betânia Ávila, do SOS Corpo, enfatizou o desafio de substituir políticas *focalizadas* para os pobres por políticas voltadas para a *superação da pobreza*. Segunda ela, a estratégia de superação da pobreza deve levar em conta principalmente a metodologia, se tratando, portanto, da sua necessária vinculação à questão dos direitos sociais e imprimindo nas políticas públicas universais o resgate da construção da igualdade.

Já na visão de Lucia Maria Xavier, da Ong Criola, há significativo avanço no combate às desigualdades sociais no que se refere à questão racial. Ela sublinha que, pela primeira vez, em 116 anos, os negros foram chamados a construir o novo pacto social. Em adendo, ela destaca que está sendo implementada uma política nacional de promoção da igualdade racial que, efetivamente, parte do reconhecimento do racismo em nossa sociedade.

Sob um olhar dirigido às políticas urbanas, de acordo com Nelson Saule, do Instituto Polis, o processo de constituição do Ministério das Cidades representou conquista do movimento pela reforma urbana. Porém, a realidade da prática democrática na máquina governamental, dentro do mesmo universo em que se encontram os bloqueios que impedem a canalização em escala necessária dos recursos públicos (como os do FGTS) para os setores mais carentes da população, ainda encontra sérios limites e resistências.

Com efeito, um eixo transversal a todo seminário remete à inevitável questão da democracia participativa e representativa, com a característica marcante e peculiar de, pela primeira vez na história brasileira, ser analisada à luz de um governo, em tese, representante legítimo do campo identificado como democrático e popular.

A partir da exposição de Pedro Pontual,

do Conselho de Educação de Adultos da América (CEAAL), e de José Antonio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), ainda que tenham ocorrido avanços importantes nos processos de participação social, os mesmos corresponderam invariavelmente a processos de “escuta forte e atenta”, distante, portanto, da vigência de mecanismos de co-gestão, inclusive, no tocante ao gerenciamento de recursos e poder compartilhado.

Exemplo claro do supracitado consiste no processo de participação social promovido na elaboração do Plano Plurianual - PPA (2004-2007), onde a Abong teve efetiva atuação junto com a Inter-Redes<sup>1</sup>, principalmente no processo de mobilização das entidades da sociedade civil, cujos acordos firmados, entretanto, no ato da entrega do documento ao Presidente Lula, em agosto de 2003, não foram postos em prática.

Dada a característica absolutamente estratégica e determinante para o desenvolvimento da sociedade, da elaboração e do monitoramento do orçamento público federal, além de implementar as mudanças necessárias no âmbito do PPA destaca-se, como crítica ao governo vigente, a emergência de um processo participativo na tramitação orçamentária anual.

No que diz respeito a um elemento estratégico para a democracia participativa - os conselhos setoriais de políticas públicas - concordando com ponto de vista expresso pelo próprio Secretário Geral da Presidência da República, Luis Dulci, há necessidade de uma avaliação crítica, sem aceitar, porém, o enfraquecimento dos conselhos que, enquanto instâncias paritárias consultivas e/ou deliberativas, cumprem papel fundamental como mecanismos institucionais de controle do Estado.

Um fator que sobressai na percepção conjunta do campo das Ongs, movimentos sociais, fóruns e redes é que no governo Lula, apesar de composto por uma série de integrantes de organizações desse campo, prevalece uma visão de sociedade ainda marcadamente dual entre capital e trabalho. Nas palavras de Moroni, tratar-se-ia da percepção de um universo “difuso e confuso” aos olhos dos agentes governamentais. Deste modo, prossegue ele, que é diretor de relações institucionais da Abong, o governo Lula nos enxerga como ator e sujeito social; mas não como ator e sujeito político.

Isto ocorre em grande parte devido à própria origem dos atores governamentais, o que faz, por vezes, que partam do princípio

de que já respondem pelas entidades da sociedade civil onde se insere a atuação das Ongs. Visando exatamente demarcar a total autonomia e postura crítica com a qual pretendemos seguir na interlocução com o atual governo, realizamos esse seminário, bem como outras iniciativas voltadas para garantir nossa identidade.

Conclusivamente, o balanço que as Ongs fazem, neste momento do Governo Lula, com a ressalva da atuação política internacional que recebeu avaliação positiva, traduz um sentimento de insatisfação pelo governo não considerar a hipótese de tocar nas cláusulas centrais da atual política econômica: elevado superávit primário a ser sustentado nos próximos anos em 4,25% do PIB e a busca incessante de credibilidade junto aos credores da dívida pública.

Conforme o texto elaborado pelo conselho diretor da Abong como fruto do seminário<sup>2</sup>, ainda que a “política econômica pudesse se justificar no momento da crítica transição do governo anterior para o atual, seu prolongamento indefinido representará a renúncia do Estado ao cumprimento de suas irrenunciáveis obrigações para com a efetivação dos direitos sociais da população brasileira”.

A Abong compreende, portanto, que esse grave momento de indefinição quanto aos rumos para a retomada do desenvolvimento econômico é o exato momento para se questionar os rumos do governo, a partir de princípios políticos que se contrapõem ao primado do mercado sobre a sociedade.

Dentre tais princípios que constituem os compromissos programáticos mínimos das Ongs, constam: luta contra a exclusão e pela redução das desigualdades sociais (principalmente, racial e de gênero); promoção e defesa dos direitos humanos; busca de um novo modelo de desenvolvimento que privilegie a geração de emprego e renda, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Fica a esperança, então, que o governo Lula cumpra os compromissos de mudança assumidos com a população brasileira, garantindo assim, a consolidação do processo democrático e a confiança popular na democracia. ■

\* Economista, diretor da Abong Regional Sudeste, coordenador de comunicação do Centro de Ação Comunitária - CEDAC. [rjmello@ism.com.br](mailto:rjmello@ism.com.br)

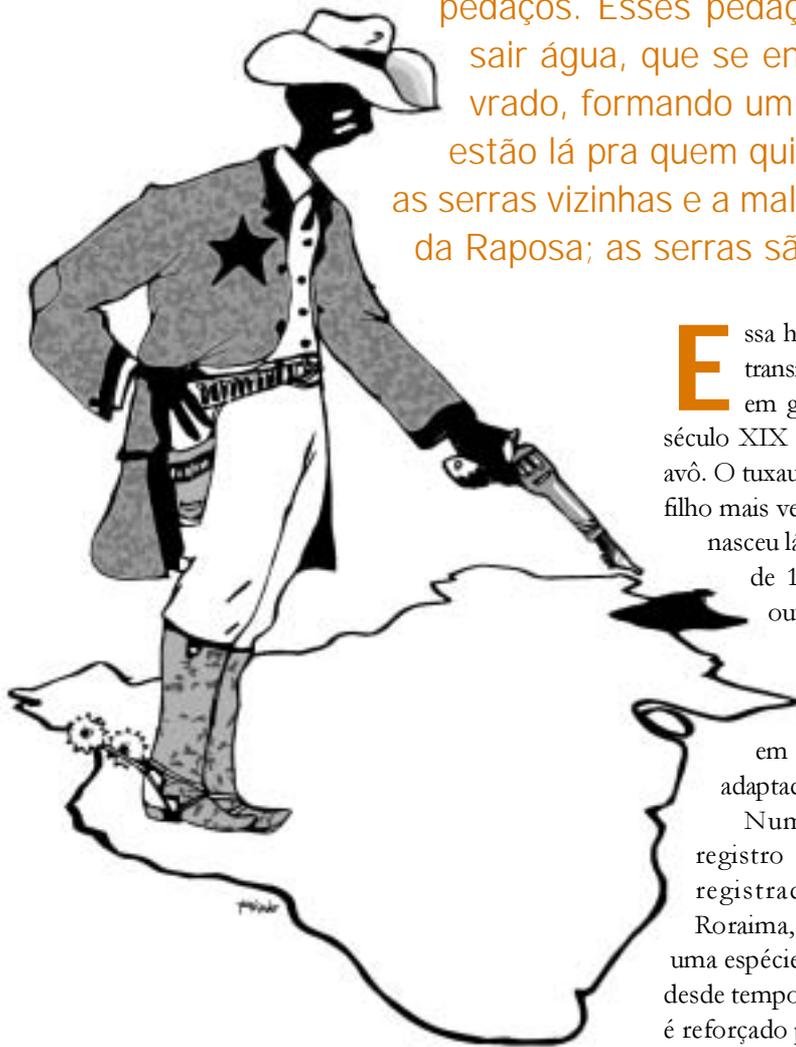
<sup>1</sup> Articulação de redes e fóruns de organizações da sociedade civil brasileira que atuam de diversas formas e em diversos temas. Mais informações em [www.inter-redes.org.br](http://www.inter-redes.org.br).

<sup>2</sup> A íntegra do texto está disponível na internet: [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br).

QUESTÃO INDÍGENA José Ribamar Bessa Freire\*

# Lindberg Farias: Cara pintada, cara pálida ou cara de pau?

Dois irmãos prenderam uma raposa, pensando em criá-la. Ela, muito esperta, fugiu. Eles foram procurar os rastros, mas o chão estava limpinho. “Como é que ela pode ter desaparecido sem deixar rastros?” – perguntaram, intrigados. Ai, eles viram uma terra mexida. Descobriram que a raposa havia furado a terra, como um tatu. Então, cavaram e cavaram, seguiram o buraco por todo o lavrado, chegando nas serras, onde encontraram uma rocha dura. Viram a raposa tentando furar a rocha, mas como era de ferro, ela ficou muito cansada. Aí, eles conseguiram, finalmente, agarrá-la. Depois disso, o mundo começou a mudar. Os dois irmãos mataram e cortaram a raposa em três pedaços. Esses pedaços viraram pedra. De dentro das pedras, começou a sair água, que se enfiou pelas rachaduras da serra e se espalhou pelo lavrado, formando um igarapé. Isso foi há muito tempo, mas até hoje, ainda estão lá pra quem quiser ver: a caverna, as três pedras enormes, o igarapé, as serras vizinhas e a maloca. Por isso, o igarapé se chama, justamente, Igarapé da Raposa; as serras são Serras da Raposa, e a maloca, Maloca da Raposa.



**E**ssa história aqui resumida vem sendo transmitida há muito tempo, de geração em geração. Foi contada no final do século XIX ao tuxaua Zeca Viriato pelo seu avô. O tuxaua, por sua vez, repassou para seu filho mais velho, Gabriel Viriato Raposo, que nasceu lá, na Maloca da Raposa, por volta de 1920. O padre Sabatini Silvano ouviu a narrativa da boca do Gabriel em 1965, gravou e publicou tudo no livro “Ritorno alla maloca”, editado em Bolonha, na Itália, em 1973. De lá foi retirada a versão, adaptada em maio de 2004.

Numa sociedade “oralizada”, o registro oral equivale a uma escritura registrada em cartório. No caso de Roraima, as narrativas orais constituem uma espécie de mapa do território habitado, desde tempos imemoriais, pelos índios, o que é reforçado pelos vestígios arqueológicos.

## Uma revelação

Se fizermos as contas, o mapa oral da Maloca da Raposa é mais velho que a soma das idades das quatro avós do deputado federal Lindberg Farias (PT/RJ), do senador

Delcídio Amaral (PT/MS) e de todos os deputados e senadores que aprovaram, na última terça-feira, os relatórios dos dois petistas, propondo rasgar o mapa e esquartejar a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, localizada no nordeste de Roraima.

O lavrado, por onde a raposa fugiu, é a planície inundável com muito pasto natural, cobiçado hoje pelas fazendas de gado e pelos plantadores de arroz; as serras, aonde ela chegou, integram o Maciço das Guianas, que despertam atualmente a ambição dos garimpeiros em busca de ouro e diamante. Essas duas regiões constituem o território onde havia uma numerosa população antes da chegada do branco, habitada hoje por cerca de 15 mil índios Makuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona.

Os viajantes europeus e nacionais que visitaram a região desde o período colonial foram unânimes em testemunhar que os índios que aí viviam eram alegres, gostavam muito de festas, cuja duração ia até a última cuia de pajuaru, celebrando seus rituais, cantando e dançando. Criaram uma literatura oral refinada, que acabou enriquecendo a literatura nacional, inspirando o movimento modernista e contribuindo para a trama de obras pioneiras como Macunaíma, de Mário de Andrade, e Cobra Norato, de Raul

Bopp, entre outras. Este último ficou maravilhado quando descobriu os mitos indígenas:

“Foi uma revelação. Eu não havia lido nada mais delicioso. Era um idioma novo. A linguagem tinha, às vezes, uma grandiosidade bíblica. No seu mundo, as árvores falavam. O sol andava de um lado para outro. Os filhos do trovão levavam, de vez em quando, o verão para o outro lado do rio”.

### Proposta indecente

Essa literatura oral, veiculada quase sempre em línguas indígenas e ultimamente em línguas européias, foi em parte recolhida por viajantes e estudiosos, entre os quais o inglês Everard Im Thurn (1878), o francês Henri Coudreau (1883), o alemão Theodor Koch-Günberg (1911/12), o norte americano Hamilton Rice (1924/25), o suíço Alcuino Mayer - um beneditino que viveu mais de 20 anos com os índios.

Centenas de narrativas, produtos da fantasia e da criatividade coletivas – como essa que conta a origem da Maloca da Raposa – foram coletadas e publicadas, fazendo circular saberes e se constituindo em fonte inesgotável de beleza e de gozo estético.

Toda essa literatura, essas línguas, esses saberes estão agora ameaçados, porque os índios que os guardam podem perder a terra, que lhes permite sobreviver e reproduzir suas culturas. O Senado e a Câmara aprovaram relatórios que propõem decepar cerca de 45% do território indígena, uma parte destinada aos arroteiros que gillaram as terras, a outra para sede do município de Uiramutã, criado ilegalmente em 1997 para servir de base de apoio ao garimpo e, finalmente, uma faixa de terra de 15 quilômetros ao longo da fronteira com a Venezuela e Guiana para “resguardar a soberania nacional”.

O mais grave nessa história é que os dois relatores que fazem essa proposta indecente não são parlamentares do PFL, um partido filhote da ditadura militar, com uma atuação política tradicionalmente contra os interesses populares. Não! Eles pertencem ao PT, que tantas esperanças despertou nos setores oprimidos da sociedade brasileira, entre eles, os índios.

O próprio presidente Lula, que devia homologar a demarcação da terra indígena em áreas contínuas, adiou a sua decisão. Se ele ouvir os dois parlamentares do seu Partido, os índios estão fritos. E o Brasil, com sua sociodiversidade reduzida, ficará mais pobre.

Estou tentando entender, leitor, por que um deputado federal e um senador, ambos do PT, prejudicam um dos setores mais frágeis da sociedade brasileira, que vem sendo brutalizado há 500 anos? Por que prejudicam o Brasil, empobrecendo-o? O que é que o PT ganha em propor que se cometa um crime contra a cultura brasileira e contra os índios, usurpando suas terras, legalizando a grilagem dos fazendeiros e os caminhos dos garimpeiros? Quais são os argumentos que apresenta para justificar tal posição?

Não li nenhum dos dois relatórios, na íntegra, mas acompanhei as justificativas do deputado Lindberg Farias, publicada nos principais jornais do país. Ele alega que 1,67 milhão de hectares é muita terra para pouco índio, que Roraima vai ficar sem uma parte importante do seu território, e que os índios têm de ser retirados da área de fronteira, porque “falam a mesma língua dos índios da Venezuela, constituindo um único povo, uma única nação, o que afeta a soberania nacional”.

Esse tipo de ‘argumento’ é cretino e inaceitável, porque trata os índios como “inimigos da pátria”. Omite que na área de fronteira, além das terras indígenas, há também muitas grandes fazendas particulares, pertencentes a poucos indivíduos recém-chegados, o que certamente lhes confere certos poderes e direitos sobre aquele pedaço de chão.

Por que, então, Lindberg não diz que a propriedade privada nessa área afeta a soberania nacional? Por que não discute que é muita terra para um único fazendeiro? Por que, nesse caso, não fala que o Estado de Roraima fica desfalcado e diminuído?

Lindberg omite também que os índios – ao contrário dos fazendeiros – não são os donos da terra, mas apenas detêm a sua “posse permanente”. De acordo com a Constituição, as terras indígenas são “bens da União”, ou seja, o Estado exerce plena soberania sobre elas. Portanto, as terras indígenas não colocam em risco a segurança nacional, nem “diminuem” o tamanho do Estado de Roraima.

Lindberg agride a nossa inteligência ao ressuscitar argumentos usados pela ditadura militar, que foram ridicularizados em todo o país. Nenhuma pessoa honesta, de bom senso, com capacidade de raciocinar, acredita que 15 mil índios desarmados, pacíficos e de boa índole possam ameaçar a segurança nacional.

### Lembrando Stanislaw: depufede

Depois de, por má-fé ou por burrice, confundir os conceitos elementares de ‘Estado’ e ‘Nação’, Lindberg defende os fazendeiros e plantadores de arroz, que estão dentro da terra indígena – coitados! – porque foram incentivados a ocupar a área pelo próprio governo e, portanto, não podem ser expulsos assim da noite para o dia. É preciso garantir os direitos que adquiriram, as benfeitorias que fizeram, da mesma forma que os moradores na sede do novo município devem também ser protegidos pelo Estado, porque afinal todos eles são brasileiros.

Não existe nenhum argumento – nenhum – que justifique tomar as terras dos índios. A Constituição brasileira é bem clara, quando considera “nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas”.

Se Lindberg está tão sensibilizado com os prejuízos dos plantadores de arroz, que proponha então uma boa indenização a eles, de preferência descontada mensalmente dos salários dos parlamentares. Mas que não obrigue os índios a pagar mais uma dívida, que eles já pagaram durante cinco séculos.

Lindberg, ex-presidente da UNE (1992/93), surfista que montou na onda do movimento dos ‘caras-pintadas’ para se eleger deputado federal, na realidade não passa de um cara-pálida, que quer mostrar serviço aos que tem grana e poder. Enquadra-se naquela categoria criada pelo saudoso Stanislaw Ponte Preta, que chamava de “depufede” os deputados federais oportunistas, que usam o mandato em benefício próprio e não da população que os elegeu.

O depufede Lindberg, ex-cara-pintada, quer ser prefeito de Nova Iguaçu, aqui no Rio de Janeiro. Para isso, mancha a história da UNE, aliando-se com o que existe de mais podre na sociedade brasileira. Vai pagar caro por esse relatório contra os índios.

Periodicamente, dou aulas em cursos pré-vestibulares para negros e carentes em Nova Iguaçu. Prometo aos meus amigos Makuxi e Wapixana – Terêncio, Euclides, Clóvis, Waldir, Valdemar e tantos outros – que infernizarei a vida desse depufede, panfletando lá onde ele vai pedir voto, para mostrar sua cara despinhada, que revelou a cara-de-pau de um cara-pálida oportunista. Como diria o finado Teodoro Botinelly, pau nele, companheiros! ■

\* Jornalista, doutor em Etnohistória. Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas Edu/UERJ



## MANIFESTO COFECON

O texto publicado a seguir foi aprovado pela Plenária do Conselho Federal de Economia, em Brasília, no último dia 19 de março.

**M**arcadas pela inconsistência macroeconômica, as políticas do Governo Lula aumentam os desequilíbrios de estoque da economia brasileira. A dívida pública limita o orçamento público, principalmente pelo pagamento de juros. A dívida externa agrava a crônica restrição das contas externas, visto que o país precisa de dezenas de bilhões de dólares anualmente para pagar juros e amortização aos seus credores internacionais.

**A** pesar do megasuperávit primário, que foi da ordem de 4,3% do PIB, em 2003, tanto o nível quanto a proporção da dívida pública aumentaram ao longo do ano. O Governo Lula pagou de juros cerca de R\$ 150 bilhões em 2003, isto é, mais de R\$ 12 bilhões ao mês. Esse valor é relevante, levando-se em conta que o investimento total em infraestrutura previsto pelo governo é de apenas R\$ 12 bilhões, para 2004.

**A** dívida líquida total aumentou de R\$ 881 bilhões, em dezembro de 2002, para R\$ 913 bilhões, em dezembro de 2003. Nesse mesmo período, a relação dívida líquida total/PIB aumentou de 55,5% para 58,1%. Portanto, piorou o desequilíbrio de estoque associado à dívida pública.

**A**grava mais ainda a situação o fato de que a dívida mobiliária do Tesouro Nacional cresceu de R\$ 533 bilhões, em dezembro de 2002, para R\$ 679 bilhões em dezembro de 2003, um in-

cremento de 27,4%, ou o equivalente a 10% do PIB. Ademais, houve forte apreciação cambial (18,1%), com o dólar sendo reduzido de R\$ 3,53, no final de 2002, para R\$ 2,89, no final de 2003. O resultado foi que a dívida externa do setor público e parte da dívida interna corrigida pela variação cambial sofreram forte impacto da apreciação cambial.

**O** valor dos títulos federais corrigidos por câmbio reduziu-se em 43,4%. Entretanto, cerca da metade dessa redução deveu-se ao “efeito preço” provocado pela apreciação cambial. Descontando o efeito, a dívida pública total teria aumentado de aproximadamente R\$ 30 bilhões, isto é, mais 200 pontos percentuais do PIB e, portanto, a relação dívida pública total/PIB teria sido superior a 60% do PIB.

**O** mesmo efeito preço afetou o valor da dívida externa total do setor público. Em moeda nacional, a dívida externa líquida do setor público diminuiu de R\$ 227 bilhões, em dezembro de 2002, para R\$ 187 bilhões, em dezembro de 2003. Contudo, a evolução da dívida externa total do setor público, em dólares, cresceu 13,9%, passando de US\$ 122 bilhões, em setembro de 2002, para US\$ 139 bilhões, em setembro de 2003.

**O** Governo Lula também executa uma política de socialização da dívida externa, que contribui para a apreciação da taxa de câmbio. Essa política de captação de recursos externos pelo governo representa, de fato, maior vulnerabilidade externa (desequilíbrio de estoque) e maior restrição de balanço de pagamentos, pois aumentará o fluxo

do serviço futuro da dívida externa e da dívida do setor público.

**O** resultado não poderia ser outro: o PIB *per capita* caiu 1,5%, em 2003, enquanto a absorção interna (consumo, investimento privado e gasto público) caiu cerca de 3%, isto é, 4,5% *per capita*. Essas são quedas muito significativas, tendo em conta a trajetória de aumento do desemprego e da queda do rendimento médio real das pessoas ocupadas (13,8% em 2003). No caso das pessoas que trabalham por conta própria, essa queda do rendimento médio real, em 2003, foi dramática: 21,2%.

**A** inconsistência da política macroeconômica é um sério problema. A política monetária altamente restritiva compromete cada vez mais as finanças públicas; enquanto a política cambial (apreciação), o aumento e a socialização da dívida externa agravam a vulnerabilidade externa do país. Na realidade, a queda da renda, em 2003, indica um retrocesso em termos de desenvolvimento. Em 2003, somente 15 outros países tiveram taxas de variação do PIB piores que o Brasil, de forma que, no conjunto de 178 países membros do FMI, o Brasil ocupou a 163ª posição. O Brasil “andou para trás” em 2003!

**A**o longo de 2003, o Cofecon se manifestou inúmeras vezes com críticas às políticas macroeconômicas, principalmente, as políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial. Também têm sido apresentadas propostas alternativas que dão consistência à política macroeconômica e permitem que se criem condições favoráveis à retomada do desen-

volvimento. Essas propostas encontram-se nos documentos disponíveis no portal do Cofecon, na internet.

**P**articularmente, quanto à política monetária, o Cofecon avalia que é o momento de se alterar a natureza e o *mix* dessa política. Tendo em vista a vulnerabilidade externa da economia brasileira, a redução, de forma sustentada, da taxa de juro requer a introdução de controles sobre capitais externos.

**C**onsiderando os gargalos e as restrições pelo lado da oferta, se durante a retomada do crescimento econômico surgirem pressões de demanda que possam afetar significativamente o nível geral de preços, a autoridade monetária poderá fazer uso dos depósitos compulsórios. A política creditícia também poderá ser calibrada por meio de tributos como o IOF.

**E**ssa proposta de política permitirá, no contexto do ajuste do balanço de pagamentos, bem como do controle das finanças públicas e da inflação, a retomada dos investimentos públicos. Esses investimentos impulsionarão os investimentos privados e o consumo e, como resultado, será inaugurada uma trajetória sustentável de retomada do crescimento com estabilização macroeconômica.

**O** país tem um regime marcadamente presidencialista e, portanto, a responsabilidade direta e última do péssimo desempenho da economia brasileira é do Presidente da República. Luís Inácio Lula da Silva foi eleito para promover mudanças e colocar o país no rumo do desenvolvimento. Há alternativas, o que falta é decisão política. ■

# Desequilíbrios crescentes

ENTREVISTA Marcio Pochman, Secretário de Desenvolvimento do Trabalho e de Solidariedade

# O Brasil é um país ainda em construção

Entre um e outro compromisso de agenda, o economista, professor da Unicamp e atual Secretário do Trabalho da Prefeitura de São Paulo, Marcio Pochman, concedeu ao *JE* esta entrevista, em que, apesar do pouco tempo, apresenta uma visão ao mesmo tempo ampla e profunda da problemática social do Brasil, suas raízes e as responsabilidades ainda não assumidas pelas elites que concentram a riqueza do país. “Estamos ainda muito atrasados em termos de uma progressão na estrutura tributária brasileira capaz de fazer com que os ricos paguem impostos”, afirma Pochman, para quem “o Brasil ainda é um país a ser completado”. Ainda falta fazer, por exemplo, segundo ele, a reforma agrária, uma reforma tributária que leve os ricos a pagarem impostos e uma reforma social que retire de vez a condição de miseráveis que hoje recai sobre milhões de brasileiros, muitos ainda crianças e jovens. A seguir, a íntegra da entrevista.

**Jornal dos Economistas** – *O Brasil enfrenta problemas graves e uma disposição do Governo Lula, que assumiu para si resolver o problema social do país. Só que, no mundo desenvolvido, o chamado Estado de Bem Estar Social vem passando por amplas reformas, que visam exatamente reduzir conquistas sociais, ou seja, o próprio bem estar que este Estado proporciona ou deveria proporcionar. O Brasil chegou tarde demais para a repartição do bolo e da riqueza ou o problema social no Brasil é insolúvel?*

**Marcio Pochman** – De fato, nós temos problemas estruturais no que diz respeito ao quadro social. O Brasil foi, durante os anos 30 e os anos 70 do século passado, um dos países que mais cresceu, o que o permitiu, inclusive, deixar de ser uma grande fazenda pro-

ductora de café para se transformar no oitavo produto industrial do mundo. Essas transformações importantes, do ponto de vista econômico, não foram acompanhadas das reformas clássicas que se desenvolveram nos países capitalistas avançados. O Brasil, por exemplo, não realizou a reforma agrária, não realizou uma reforma tributária que terminasse por fazer com que os ricos pagassem impostos, e nem tampouco fez a reforma social necessária para construir um estágio de bem estar social. Então, temos problemas de ordem estrutural que se acumularam nesse período em que o país teve um grande crescimento econômico e, a partir de 1980/81, no final do governo militar, nós ingressamos numa

fase sem projeto de desenvolvimento e isso redundou na ausência de crescimento econômico. Nós estamos, praticamente, completando 25 anos sem crescimento econômico, de tal forma que a questão social já era complexa com crescimento econômico, sem ele a situação social tornou-se muito mais complicada.

**JE** – *Sim, mas e aí como resolver a questão social? Há quem coloque que o problema social deve ser resolvido pelo mercado! Se ele não resolver, é porque o problema é insolúvel. A questão social é um problema de mercado ou é um problema da sociedade e do Estado brasileiro?*

**MP** – Eu acredito que o papel do Estado é fundamental. É óbvio que o país precisa voltar a

crescer, precisa de um modelo econômico que ofereça como possibilidade a recuperação das atividades econômicas. O Brasil é um país em construção, não é um país completo, é um país que tem ainda que ampliar, por exemplo, toda a sua infra-estrutura material, desde rodovias, o sistema viário de uma maneira geral, tem problemas sérios em termos habitacionais, então é um país que precisa ser completado, nesse sentido. Mas, ao mesmo tempo, não há como deixarmos de passar pelas chamadas reformas. O Brasil ainda não fez, por exemplo, a reforma agrária. Precisariamos fazer a reforma agrária, a meu modo de ver, precisariamos uma mudança na estrutura tributária que onerasse fundamentalmente os mais ricos e, ao mesmo tempo, precisaríamos reconstruir, diria assim, a estrutura fundamental do Estado de Bem Estar Social. Temos uma péssima distribuição de renda e, lamentavelmente, os recursos que estão sendo transferidos para o Estado, na forma de tributos, não são orientados fundamentalmente para as atividades sociais. Temos uma dívida pública que absorve uma parcela importante dos recursos públicos. Então, estou convencido de que precisamos combinar esforços, de um lado, que ajude a construir um projeto de desenvolvimento econômico para o país, qual é o caminho do Brasil para as próximas duas, três décadas e, ao mesmo tempo, precisamos fazer reformas internas que viabilizem uma mudança na repartição da renda e, ao

O Brasil não realizou a reforma agrária, não realizou uma reforma tributária que terminasse por fazer com que os ricos pagassem impostos, e nem tampouco fez a reforma social necessária para construir um estágio de bem estar social

mesmo tempo, uma possibilidade de ter recursos direcionados fundamentalmente para um melhor gasto social.

**JE** – *Mas aí surge a discussão do FMI de que um maior gasto social tende a provocar menor responsabilidade fiscal. Como resolver esta equação?*

**MP** – Eu não entendo que as dificuldades que temos, hoje, no plano fiscal decorram justamente da ausência de gasto social adequado ou mesmo de um gasto social muito elevado. A meu modo de ver, a área social, inclusive, está contribuindo muito para a geração do chamado superávit primário, uma vez que, por exemplo, existe um desvio de recursos do orçamento da seguridade social para financiamento de outras atividades do setor público, inclusive, o pagamento do serviço da dívida pública. Pelo contrário, a meu modo de ver, o Brasil precisa ampliar o gasto social, precisamos de um choque redistributivo, com redistribuição de renda, porque isso ajudaria a animar a atividade econômica, ao mesmo tempo em que evitaria a desagregação social que é, um pouco, os sinais que estamos vendo nas grandes cidades. A experiência aqui do município de São Paulo mostra o papel importante das políticas públicas voltadas para uma melhor redistribuição da renda. Os resultados são bastante interessantes no que diz respeito à elevação do nível de atividade econômica, da geração de empregos com carteira assinada, inclusive, a melhora do desempenho escolar das crianças pertencentes às famílias pobres e é ainda bastante importante chamar a atenção para o fato de que programas, como os que têm

sido aplicados em São Paulo, por exemplo, têm possibilitado reduzir a taxa de homicídio nas regiões onde o crime é bastante expressivo.

**JE** – *Há uma polêmica a respeito de, no Brasil, não faltarem recursos para a área social, mas que esses recursos são mal aplicados. Qual seu ponto de vista?*

**MP** – Acredito que esse é um debate equivocado. Nós não temos, no Brasil, um gasto social suficiente para atender o tamanho da desigualdade, da pobreza nacional. Nós já temos, certamente, um gasto importante, significativo, mas insuficiente. Mas isso não significa dizer, também, que há formas mais adequadas de políticas públicas. Nós temos, ainda, políticas públicas para a área social muitas vezes assistencialistas, muitas vezes sob clientelismos, partidarismos. Aqui, em São Paulo, por exemplo, conseguimos alterar o contexto, o conteúdo da política social, retirando justamente custos elevados que ela teria quando você observa que temos um tratamento da questão social que é feito muitas vezes de forma setorializada, cada secretaria, a da saúde, educação, assistência, trabalho, tem políticas próprias. Em São Paulo, nós instituímos políticas de governo. Há, então, uma política só de articulação e integração das diferentes áreas governamentais, o que permitiu reduzir custos operacionais e, ao mesmo tempo, são políticas voltadas, fundamentalmente, para a emancipação social, política e econômica. Nós estamos, na verdade, buscando a superação do velho assistencialismo, que não rompe com a perspectiva da auto-

nomização das famílias e, mais importante do que isso, eu diria que são políticas que vislumbram uma possibilidade de rompermos com o ciclo estrutural da pobreza em que está envolvido o país.

**JE** – *Falando em reformas, tanto a reforma tributária, que está em curso no Congresso, quanto a reforma da Previdência, ambas são apontadas como*

*reformas que não contribuem com a distribuição da riqueza. Qual o seu ponto de vista sobre isso?*

**MP** – De fato, diria que estamos tendo uma aliança política entre os muito ricos e os muito pobres, na medida em que o Estado brasileiro vem financiando, já há mais de uma década, a transferência de parcela do produto para 15 mil famílias que são as detentoras dos títulos públicos no país. Então, a cada ano, o Estado faz um esforço muito grande para gerar um superávit primário e, ao mesmo tempo, gerar capacidade de pagamento de parte ou senão o todo das amortizações e dos gastos com juros do estoque da



dívida pública. Obviamente, este movimento que é feito implica em uma asfixia na atividade econômica – estamos vivendo quase 25 anos sem crescimento econômico. Isso vem acompanhado da ampliação do desemprego, do rebaixamento da renda do trabalho e por sua vez do crescimento da chamada pobreza relativa. O enfrentamento que tem sido feito tem sido justamente por programas que transferem renda para os miseráveis. Desde 2001 está em curso a ampliação de programas desses tipos. Só que o orçamento brasileiro não suporta atender tanto aos ricos, através do pagamento

elementos desse tipo. Tinha, por exemplo, a proposta de um imposto sobre herança. Ao mesmo tempo também está em curso dentro do projeto de reforma a isenção ou redução dos impostos para bens de primeira necessidade. São os sinais de que é possível introduzir uma progressividade na estrutura tributária brasileira. Mas, lamentavelmente, terminou não sendo considerado e nem aprovado o imposto sobre herança. Estamos, então, ainda muito atrasados em termos de uma progressão na estrutura tributária brasileira capaz de fazer com que os ricos paguem impostos. Recentemente, publica-

então, uma cultura democrática, a cultura do diálogo, da convergência. O Brasil corresponde a uma sociedade muito heterogênea, de interesses dispersos, com baixa capacidade de organização dos segmentos sociais, o que dá um poder adicional aos ricos. Eles têm uma enorme capacidade de impor o seu projeto de dominação, contribuindo inclusive para manter dividido e esfacelado aqueles segmentos que poderiam opor, através de um projeto alternativo, pela via democrática, a construção de uma sociedade menos desigual, com condições de homogeneidade, por exemplo, no padrão de consumo.

de 8% o total dos ocupados. Nos Estados Unidos, por exemplo, a participação dos funcionários públicos no total da ocupação chega a quase 17%, na Europa ultrapassa a 25%, nos países escandinavos ultrapassa a um terço do total dos ocupados. Precisamos, de certa maneira, recuperar a capacidade do Estado, o que significa termos uma estrutura burocrática e técnica capaz de fazer com que os programas públicos sejam eficientes e eficazes. Nesse sentido, acho que há uma tentativa de parte do governo, com ações concretas, para a reorganização do Estado, com a capacidade de intervenção especialmente em programas pontuais, que têm sido estabelecidos pelo programa do Governo Lula. Há dificuldades de implementação, justamente, diante da incapacidade de no curto prazo fazer uma ação efetiva sobre a questão da fome, por exemplo. Há uma dificuldade, sim, de fazer ações concretas. Nós, aqui em São Paulo, por exemplo, tivemos uma mudança administrativa. A prefeita Marta Suplicy implementou uma Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e de Solidariedade, que fugiu à regra das demais secretarias. Ela não se transformou assim em uma secretaria fim, como são, por exemplo, as secretarias de educação, saúde, que estão na ponta da população, e nem em uma secretaria meio, como em geral são as secretarias administrativas, de finanças. Nós nos transformamos em uma secretaria de articulação, de integração, utilizando a capacidade de intervenção da municipalidade e, ao mesmo tempo, criando condições de sistematicidade das ações. Isso nos possibilitou ações mais rápidas e de menor custo. Talvez, isso ajudasse a sinalizar também por parte do governo federal como melhor integrar e articular as ações já existentes com novas políticas. ■



Lamentavelmente, os recursos que estão sendo transferidos para o Estado, na forma de tributos, não são orientados fundamentalmente para as atividades sociais. Temos uma dívida pública que absorve uma parcela importante dos recursos públicos

dos serviços da dívida atual, e por outro lado ampliar o pagamento de transferência de renda para as famílias muito pobres. Em função desse quadro, o que está ocorrendo, a meu modo de ver, é uma repactuação, uma redivisão do orçamento, esvaziando fundamentalmente o gasto nos segmentos organizados da população, em setores de classe média (e então entra a Previdência Social, a Educação, a Reforma Universitária), enfim, temas que dizem respeito, a meu modo de ver, a como racionalizar o recurso que está, em geral, muito bem orientado para setores sociais organizados do país e de classe média, com o objetivo justamente de criar uma folga no orçamento para atender tanto aos muito ricos quanto aos muito pobres.

**JE** – Nesse contexto, é possível uma reforma tributária que, hoje, distribua renda no país?

**MP** – O projeto de reforma original (do governo) continha

mos um livro sobre a exclusão social no Brasil, tratando fundamentalmente dos ricos. E foi impressionante observar que, nos últimos três séculos, os 10% mais ricos da população brasileira praticamente permaneceram absorvendo entre dois terços e 75% da riqueza nacional. Então, é uma demonstração clara de que o Brasil precisa fazer as reformas contemporâneas no capitalismo, sob o risco de permanecer sendo um país com maior desigualdade de renda e certamente isso terá impactos na própria continuidade da democracia no Brasil.

**JE** – A elite brasileira é muito mais conservadora, atrasada, do que as elites das nações desenvolvidas – seria este o nosso problema?

**MP** – Eu acredito que justamente o fato de não termos uma tradição democrática, uma cultura democrática consolidada – o Brasil é um país com 504 anos de existência, e nós não temos 50 anos de democracia – não temos,

**JE** – O Governo Lula assumiu o programa Fome Zero, logo na posse, e os críticos vêm anunciando que o governo está gastando mais dinheiro na montagem da máquina para operar, do que no objetivo alvo do programa. Qual seu ponto de vista?

**MP** – Nós tivemos, desde 1990, a implementação de políticas neoliberais, no Brasil, cujo papel principal foi a destruição da capacidade de gestão pública e de intervenção do Estado. Paralelamente, o que tivemos foi o fortalecimento de poucos grupos econômicos, através da internacionalização de várias empresas, por exemplo, das empresas estatais. Inegavelmente, um governo progressista precisaria recuperar a capacidade de intervenção do Estado, recuperar a capacidade de gerência, o que significa ampliar a quantidade de funcionários públicos de boa qualidade, e quero aqui destacar que quando nós relacionamos o volume de funcionários públicos, no Brasil, no total de ocupação, nós verificamos que é

# Crédito **1** minuto

## Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



# E se a taxa de juros tivesse caído...?

Difícil entender como o dinheiro, criado para servir de fator intermediário para facilitar as transações comerciais e eliminar os antigos escambos, tenha passado – pelo menos para alguns – a ter maior importância do que os bens manufaturados e comercializados pelos mais diversos setores, certamente mais geradores de emprego e bem-estar.

Não resta a menor dúvida que o objetivo de ganhar dinheiro, para as pessoas, diz respeito à geração e ao acúmulo de recursos para a compra de bens, de serviços e de produtos manufaturados pelos setores da dita economia real, produtiva.

É preciso que todos estejamos conscientes de que o polinômio Terra, Trabalho, Capital e Tecnologia constitui, hoje, o real fundamento da economia de qualquer país, em qualquer patamar de desenvolvimento. E nenhum desses componentes pode se destacar, individualmente, caso não haja uma clara e bem definida circunstância e vocação técnica ou histórica.

**É** necessário que estejamos de acordo que somente em circunstâncias específicas e dentro de universos com características intrínsecas adequadas é que a modificação na taxa de juros básica da economia pode criar impacto na taxa de crescimento dos preços, sem efeitos colaterais indesejáveis.

Apesar da evolução proporcionada pela expansão das comunicações, a economia brasileira é ainda bastante distinta da economia americana, da alemã, da japonesa e de outras economias de países tidos como mais desenvolvidos. E o consumidor brasileiro médio, por seu nível de percepção, de formação cultural, de informação, de poupança e de renda, apresenta reações muito distintas daquelas apresentadas pelos componentes de outros mercados.

Simplificando um pouco, basta medir as diferenças existentes entre os juros cobrados nos financiamentos aos consumidores no Brasil e naqueles países, comparados com os respectivos índices de preços, com as respectivas taxas básicas de juros e com as taxas de aceleração de suas economias, principalmente se consideradas dentro da relatividade da amplitude de cada uma.

## Os juros do sacrifício

Reforçando o argumento, é fundamental conhecer algumas das mais recentes opiniões do economista Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia, principalmente com vistas a seus comentários sobre a “Mão Invisível”, defendida por Adam Smith. Stiglitz, com frequência, tem colocado algumas dúvidas sobre a ubiquidade, ou mesmo sobre a existência daquele fenômeno. E é importante frisar que suas idéias, nem sempre ortodoxas, levaram-no a sair do Banco Mundial, fato que, para muitos, é um sinal de independência teórica.

Adicionalmente, é preciso ter em mente que, há bem mais de meio século, John

Maynard Keynes já colocava dúvidas sobre a racionalidade do sistema econômico, principalmente quanto ao comportamento do mercado acionário. E não precisamos ir muito longe para atestar tal pensamento: basta lembrar os imensos e inúmeros fracassos da chamada “Nova Economia”.

Indo um pouco mais adiante, trabalhando com maior profundidade e verificando a correlação estatística entre as taxas de juros registradas no Brasil, nos últimos anos, e as taxas mensais de inflação apuradas em meses subsequentes, observamos a baixa aderência daquelas variáveis, o que hoje somente nos pode levar a uma conclusão, praticamente definitiva e com quase absoluto nível de certeza: com uma probabilidade de 100%, o único resultado que teremos de uma elevação na taxa de juros por iniciativa do Banco Central é o aumento do sacrifício de parte do Governo – e, em suma, de todos nós, para a efetivação dos respectivos pagamentos e uma altamente provável redução na taxa de crescimento da economia.

Se o nível de aderência – traduzido pelo coeficiente de correlação de Pearson – entre as respectivas taxas fosse marcadamente elevado e indiscutível, independentemente do nível de renda, de cultura e de costumes dos consumidores, já teríamos assistido, há muitos anos, a uma espetacular recuperação da economia japonesa, por força da redução verificada nas taxas de juros vigentes naquele país a níveis próximos de zero. Ou, talvez, a um

A verdadeira causa do atual crescimento dos preços no Brasil está no impacto da taxa de câmbio sobre os custos dos insumos e de alguns importantes produtos de origem estrangeira, e não no nível de aceleração da economia

acréscimo nas respectivas taxas inflacionárias. Mas nenhuma dessas hipóteses ocorreu.

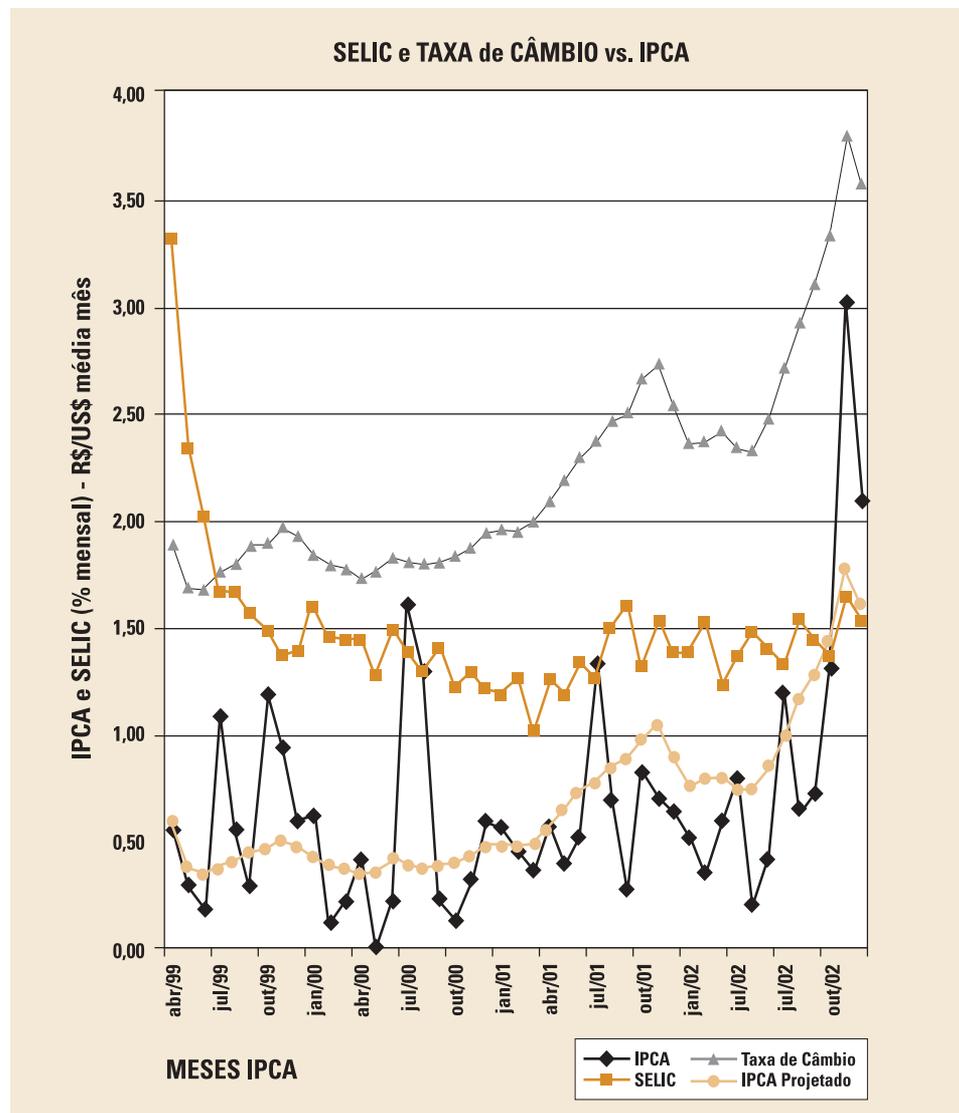
E não há informações de que a economia japonesa, nem mesmo a americana tenham hoje necessidade de modificar a taxa de juros, visando o controle dos índices de preços: a utilização do aumento da taxa de juros somente faz sentido quando, entre outras variáveis, o nível da demanda assim o justifica.

De outra forma, a única coisa que se consegue é uma estagnação, uma recessão ou, o que é pior, uma depressão, com todos os impactos negativos sobre a economia e sobre a vida da população do país. Nos países mencionados, a redução da taxa de juros tem buscado, basicamente, o retorno das taxas de crescimento da economia. Porém, até o momento, sem grande sucesso, por causa de outras razões e, logicamente, em virtude de outras circunstâncias.

### Selic e câmbio X IPCA

Na experiência econométrica preliminar que levamos a efeito, observamos que, no período entre março de 1999 – após cessadas as maiores surpresas e impactos decorrentes da mudança da política cambial brasileira – e novembro de 2002, o coeficiente de correlação de Pearson calculado com base nas variações mensais das taxas Selic, da taxa de câmbio média e das variações do IPCA do IBGE, nos meses imediatamente subsequentes, foi de 62,62%.

Calculado de forma individual, o coeficiente relativo à aderência das taxas Selic foi de apenas 1,25%, enquanto que, no caso das taxas de câmbio, o coeficiente atingiu 62,43%. Para ilustrar, demonstramos a seguir o gráfico correspondente, bem como a respectiva equação matemática e os respectivos indicadores para o período considerado.



$$Y = -0,93686 + 0,075998 X + 0,680249 Z$$

Onde:

Y = Variação (%) do IPCA no mês n

X = Taxa mensal SELIC (%) no mês n - 1

Z = Taxa de Câmbio R\$ / US\$ média do mês n - 1

Erro Padrão da Estimativa de Y => 0,444335

Erro Padrão dos Coeficientes => X = 0,189259

e Z = 0,130719

É evidente que, para chegarmos a um patamar mais elevado de aderência, teríamos que adicionar algumas variáveis vinculadas à demanda agregada e ao impacto dos custos de matérias-primas e componentes importados sobre o preço dos produtos finais oferecidos ao mercado. Porém, não era esse o objetivo desses comentários, o que poderemos fazer em ocasião mais oportuna e adequada.

Assim, a questão que, hoje, alguns não compreendem e outros não têm o menor

interesse em compreender é que a verdadeira causa do atual crescimento dos preços no Brasil está no impacto da taxa de câmbio sobre os custos dos insumos e de alguns importantes produtos de origem estrangeira, e não no nível de aceleração da economia, que tem se apresentado demasiadamente lento. Logo, estamos falando do que é geralmente denominado de inflação típica de custos e não de demanda, bastando para isso observar o recente crescimento dos índices de preços no atacado, calculados pela Fundação Getúlio Vargas.

### Desvios e distorções

Dessa forma, se as taxas de inflação continuarem a declinar – e isso acontecerá principalmente por esgotamento ou por força de redução nas taxas de câmbio, poderemos correr o risco de ver também, em paralelo, o retorno de nossa economia a taxas de crescimento próximas de zero, em virtude do aumento da taxa básica de juros promovida

**Manifestamos e continuamos manifestando opinião contrária a qualquer elevação da taxa básica de juros, no momento atual, em contraposição ao que tem sido defendido, insistentemente, por alguns integrantes do mercado financeiro**

pelo BC e da subsequente elevação do custo de oportunidade dos investimentos.

Utilizando um pouco mais de persistência, concluiremos que a rigidez, ou melhor, a quimera monetarista, é que criou o mito que, no Brasil, alguns julgam indiscutível e indestrutível: o manejo da taxa de juros com o objetivo único de reduzir a taxa de inflação, independentemente de suas causas, tem sido considerado por muitos como sendo uma verdadeira panacéia em nosso País, alardeado como praticamente a finalidade única da administração de nosso Banco Central.

E, para agravar o quadro, na maioria das vezes quem é consultado sobre o assunto é alguém ligado a entidades do sistema financeiro, muitas vezes sem a visão técnica nem a experiência necessária, o que, em certos casos, provoca desvios e distorções nos argumentos e nas justificativas, infelizmente divulgados pela imprensa como verdade absoluta.

É preciso que estejamos conscientes de que, nas atuais condições e com o atual desempenho da economia brasileira, a questão do impacto da elevação dos juros sobre os índices de preços somente deveria ser considerada, antes de mais nada, quando vinculada a um nível mais forte da demanda, além de outros fatores e fundamentos macroeconômicos, o que, definitivamente, não ocorre hoje em dia em nosso País.

E, adicionalmente, deve ser enfatizado que, entre as funções mais importantes a serem desempenhadas pelo Banco Central, estão aquelas vinculadas à fiscalização do setor financeiro, objetivando evitar a ocorrência de casos lamentáveis como os registrados há alguns anos, de elevado custo para todos nós.

### **Brasil, Nigéria, Zâmbia ou Afeganistão?**

É necessário lembrar que, antes da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), as previsões do próprio mercado financeiro já vinham indicando que as taxas de crescimento dos preços e da

relação R\$/US\$ tendiam a declinar, o que promoveria em seguida, de forma automática, o crescimento da taxa de juros reais em moeda nacional e também em dólares americanos, tornando a remuneração e a atratividade dos papéis brasileiros praticamente sem qualquer competição no mundo inteiro.

Assim sendo, manifestamos e continuamos manifestando opinião contrária a qualquer elevação da taxa básica de juros, no momento atual, em contraposição ao que tem sido defendido, insistentemente, por alguns integrantes do mercado financeiro, com o apoio dos mais diversos órgãos de comunicação.

Fazendo um paralelo, o que temos visto é a recomendação de uma cirurgia no cérebro, cada vez que o paciente Brasil reclama de dor

de cabeça, em lugar de serem procuradas as verdadeiras razões da ocorrência de tal sintoma e receitada a medicação adequada. Mantida a tendência atual, veremos chegar o tempo em que, como único resultado prático e evidente, o paciente não mais poderá pagar a conta do hospital. Nem provavelmente vão querer – ou poder – fazê-lo aqueles que estarão presentes ao seu velório.

Para finalizar e, apenas, para polemizar, deixo aqui a pergunta: se, em vez de elevar os juros, o Copom os tivesse mantido ou até reduzido, os investidores em papéis emitidos pelo governo brasileiro, em sinal de protesto e represália, passariam a comprar papéis emitidos pelos governos da Zâmbia, da Nigéria ou do Afeganistão?

Que me desculpem esses países, que me desculpem os investidores e os amigos economistas de bancos estrangeiros, mas, pelo menos nesse caso, nós sabemos muito bem qual é a resposta. ■

\* Economista, graduado em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela UFRJ. *MBA Executivo pela Universidade de Pittsburgh, Pennsylvania (USA)* e “*Chairperson*” do Comitê de Economia da Amcham-SP.

## **CLUBE DA ECONOMIA – CORECON-RJ**

### **Livros da Boitempo com 30% de desconto**



Mais um integrante do Clube da Economia – a Editora Boitempo.

A partir de junho, os economistas registrados no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e em dia com a anuidade passarão a contar, também, com descontos de 30% nos livros publicados pela Boitempo.

Qualquer livro da editora terão este desconto, inclusive, História do Plano Real, do professor Luiz Antonio Mattos Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, que participou do debate realizado no auditório do Conselho, no último dia 12, sobre as contradições e os impasses da política econômica do Governo Lula. No livro, já em sua segunda edição, o professor da UFBA narra e analisa o curso do plano real desde 1994 até os dias de hoje.

Os estudantes de economia credenciados no Corecon-RJ também poderão usufruir do desconto de 30% sobre o preço de venda de qualquer livro. As compras poderão ser feitas, a partir de junho, diretamente na Editora Boitempo, através dos telefones (11) 3875-7250 / 85.

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Gasto em publicidade aumenta 897% até maio

Prefeitura vai gastar oito vezes mais do que a dotação inicial

**A** Prefeitura do Rio de Janeiro teve aprovada uma dotação orçamentária de R\$ 1.027.698,00 para o projeto de Publicidade e Propaganda. Este valor foi aumentado, até maio de 2004, ano eleitoral, em 897%.

Este acréscimo representa quase oito vezes a dotação inicial, elevando-a para R\$ 9.219.302,00. Tal procedimento tem fundamento legal na própria Lei Orçamentária Anual - LOA, que autoriza o prefeito a remanejar em até 30% do orçamento total.

Até maio de 2004, já foram realizados R\$ 4.680.152,77, mais da metade do gasto em 2003, na mesma rubrica, que totalizou R\$ 9.237.679,58.

Ao analisarmos os anos de 2001 e 2002, a discrepância é ainda maior. Foram gastos em Publicidade e Propaganda, respectivamente, R\$ 742.288,23 e R\$ 2.568.696,40. Se considerarmos os gastos despendidos neste programa no primeiro ano do mandato do atual prefeito, em 2001, e compararmos este valor com a dotação orçamentária presente (2004), temos um crescimento de 1.242%.

A origem dos recursos que foram remanejados em favor do "Programa de Propaganda e Publicidade da prefeitura é desconhecida pelo Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro. No entanto, esses dados podem ser obtidos com a própria prefeitura. ■

## O descaso com a LDO

A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi apresentada em 16 de abril do corrente. Para melhor compreensão, fizemos uma rápida comparação com suas antecessoras.

A despeito dos nobres objetivos constitucionais, de explicitar as metas e prioridades da administração pública, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual e ainda dispor sobre as possíveis alterações na legislação tributária, a LDO é pouco debatida. Tal qual outros incontáveis dispositivos legais, essa lei não pegou. Entretanto, nós a consideramos um instrumento que, se levado a sério, poderá ser o melhor instrumento de discussão sobre as políticas públicas.

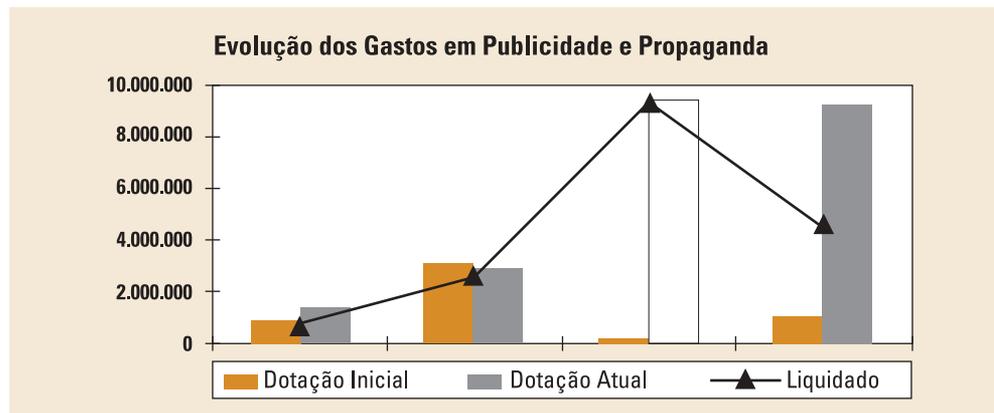
A pouca importância dada pela atual administração (e as passadas também) é facilmente comprovada. Senão vejamos.

No capítulo das "Prioridades e Metas" encontramos que estas estão estabelecidas num extenso rol de ações governamentais. Não há nenhum escalonamento ou indicação do que é mais importante para a cidade. Mais grave. Tudo que foi elencado como prioridade deixará de sê-lo, se a prefeitura considerar que "surgiram novas demandas e/ou situações em que haja necessidade de intervenção do Poder Público". O que significa isso? Que critérios serão usados para a alteração? Se o leitor não sabe, nós e a torcida do Flamengo também não.

Outro exemplo do descaso da LDO. Neste projeto e nas duas leis que o antecederam (LDO/2004 e 2003) a meta referente ao quantitativo de refeições servidas pela merenda escolar é rigorosamente o mesmo 106.284.000. Analisado isoladamente, esse fato só demonstraria um estancamento das vagas ofertadas pela rede municipal. Porém, também encontramos nos três documentos uma previsão de expansão. Logo, podemos concluir que as vagas não foram criadas ou, então, que faltou banana (a merenda recomendada pelo prefeito) para todas as crianças.

Já sobre as disposições relativas à dívida pública, percebemos um tratamento pomposo: "A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento". No entanto, com já vimos, tal promessa não foi cumprida em 2002, 2003, 2004. Em 2005 será?

Enfim, a LDO foi tratada com um instrumento burocrático que apenas serve de demonstrativo da camuflagem das reais intenções de quem quer nos governar. ■



Fontes: Prestação de Contas de 2001 (DCM 08/04/2002); Prestação de Contas de 2002 (DCM 28/04/2003); Prestação de Contas de 2003 (DCM 08/04/2004); FINCON (11/05/2004); Programa Anual de Trabalho - PAT 2004.

### Evolução anual

Ano	2001	2002	2003	2004*
Dotação Inicial	809.517,00	3.074.718,00	110.000,00	1.027.698,00
Dotação Atual	1.366.774,00	2.888.104,33	9.386.000,00	9.219.302,00
Empenhado	742.288,23	2.570.456,40	9.324.259,58	6.350.788,73
Liquidado	742.288,23	2.568.696,40	9.237.679,58	4.680.152,77

\* valores referentes ao que foi gasto até o dia 11 de maio.

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva do Fórum: Ruth Espínola, Luiz Mario Behnken e Camilla Sampalo. Estagiários: Bruno Lopes e Thiago Marques.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

DEBATE NO CORECON-RJ

# Não há transição sem ruptura

No debate realizado no último dia 12, o professor Luiz Antonio Mattos Filgueiras afirmou que a política econômica em curso fracassou, por não alcançar os objetivos a que se propõe

“**N**ão há saída com a atual política econômica. A confiança do mercado exige um tributo permanente, aprofunda a vulnerabilidade e não cria condições para a transição rumo a um outro modelo”.

A afirmação foi feita pelo professor Luiz Antonio Mattos Filgueiras, diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, no debate realizado no último dia 12 de maio, no auditório do Corecon-RJ, que teve por foco o tema “Impasses e contradições da política econômica do Governo Lula”.

Diante de um auditório lotado, Filgueiras apontou que “a política econômica atual é um fracasso porque não alcançou os objetivos a que se propõe”,

lembrando que a meta da política em curso é reduzir a dívida líquida perante o Produto Interno Bruto (PIB), o que não tem conseguido.

O professor baiano apresentou os números comprovando sua conclusão: em 2000, a relação dívida pública/PIB era de 48,7%, passando no ano seguinte para 52,6%. Em 2002, a dívida subiu para 55,5% e, no ano passado, a relação chegou a 58,7%, insuflada principalmente pela política de manter elevada a taxa básica de juros na economia, a Selic, até o início de maio fixada em 16% ao ano.

### Três visões diferentes

“A vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público persistem”, observou

Filgueiras, para quem não haverá transição sem algum tipo de ruptura.

Na opinião dele, há três visões diferentes, na América Latina, sobre o processo econômico: há os que defendem alternativas ao modelo atual e a necessidade de uma ruptura com este modelo; há a visão convencional representada pelas propostas encaminhadas pela atual equipe econômica do governo, e que prossegue a política anterior; e uma terceira, que é a visão anti-liberalismo instrumental, que discute se o superávit deve ser de 3% ou de 3,5%. “É a visão que discute a quantidade”, observou, com ironia, Filgueiras.

Para ele, o Brasil vive há, praticamente, duas décadas sem cres-

Foto: Samuel Tosta



Filgueiras fala no Corecon/RJ

cimento e sua economia predestinada ao que ele chamou de “o vôo da galinha”: “toda vez que se acha que o país vai crescer ocorre algum problema e ele não cresce. É o fenômeno do vôo da galinha”, arrematou, concluindo: a política econômica atual é uma tautologia – se tudo der certo, dá certo. ■

## FREQÜENTE OS CURSOS DO CORECON/RJ

O CORECON, dentro da nova postura de investir, cada vez mais, na valorização profissional está organizando uma série de cursos. Veja os cursos programados para o primeiro semestre de 2004:

Nome do curso	Data e hora	Economista e Estudantes Registrados	Economistas e estudantes não registrados e demais profissionais
<b>Introdução à Economia Política: o pensamento de Karl Marx</b> Curso de 16 horas Professores: Pablo Bielschowsky e Rodrigo Castelo Branco	de 20 de maio a 15 de julho às quintas-feiras de 18h45 às 20h30	R\$ 50,00	R\$ 55,00
<b>O pensamento Econômico de Keynes</b> Curso de 16 horas Professores: João Sicsú André Modenesi - Jennifer Herman Antonio José Alves Júnior - Manoel Carlos Pires Luiz Fernando de Paula - Rogério Sobreira	De 24 de maio a 12 de julho Às segundas-feiras de 18h45 às 20h30	R\$ 100,00	R\$ 110,00
<b>Avaliação de Projetos de Intestimento</b> Curso de 36 horas Professor: Eduardo de Sá Fortes	de 14 de junho a 21 de julho de 18h45 às 21h30	R\$ 340,00	R\$ 374,00
<b>Matemática Financeira</b> Curso de 24 horas Professor Mauro Mattos	de 01 de junho a 29 de junho de 18h45 às 21h30	R\$ 230,00	R\$ 253,00

### Inscrições e informações:

<http://www.economistas.org.br> - [cursos@corecon-rj.org.br](mailto:cursos@corecon-rj.org.br) - Av. Rio Branco, 109 - 16º andar - Centro - 2232 8178 ramais 45 e 36

A realização do curso está condicionada à formação de turma.